



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIV — N.º 144 — S. PAULO, OUTUBRO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248



A OBRA DO FASCISMO

Dois milhões de portugueses vivem fora de Portugal. A antiga emigração para o Brasil foi substituída nos últimos anos pela emigração em massa para a França, a Bélgica, a Alemanha Ocidental. São conhecidas as condições de clandestinidade, e de tragédia, em que essa emigração se tem processado. Sabem-se as condições em que milhares e milhares de portugueses vivem nos "bidonvilles" dos arredores de Paris, e outras cidades da Europa do norte. Sabe-se que a população de Portugal em muitas das suas vilas e aldeias está reduzida a velhos, mulheres e crianças. Por um lado a emigração em massa, pelo outro a guerra ruinosa que é a guerra colonial, em que se encontram mobilizados 150.000 jovens portugueses. Tudo isto é sabido até da opinião pública internacional. Mas o que é menos conhecido é que até a miserável Espanha franquista já é refúgio para milhares de portugueses que não encontram condições mínimas de vida no "paraíso" da ordem e da moeda estável e forte que é o Portugal salazarista com ou sem Salazar. A gravura ao lado (reproduzida da revista espanhola Gaceta Ilustrada de 6 de julho) revela-nos as condições de habitação de milhares de emigrados procurando um lugar ao sol em Espanha, nas Asturias...



Antes de ser enviado ao exílio, o soldado português vive em condições de miséria e fome. Depois de ser enviado ao exílio, vive em condições de miséria e fome.

Son temerosos, tímidos, austeros en el mirar y en la palabra. Cuando trabajan harian todos los turnos, si les dejasen: quieren ganar las horas perdidas



Um soldado português, antes de ser enviado ao exílio, vive em condições de miséria e fome. Depois de ser enviado ao exílio, vive em condições de miséria e fome.

No momento em que o País se mobiliza para dar o balanço de 43 anos de fascismo, cuja continuação Marcelo Caetano pretende assegurar, não existirá certamente um patriota que não reclame, nas cidades, vilas, e aldeias, nas fábricas, nas escolas, nas ruas — BASTA.

Portugal

Não

Deve

Ser

Iludido

A realização do próximo dia 26 de eleições para a Assembleia Nacional portuguesa torna necessária uma série de esclarecimentos que achamos não dever calar. O processo eleitoral, nas atuais condições políticas nacionais, pode ser visto à luz de dois critérios. Em primeiro lugar, todos estão de acordo em reconhecer que não se trata de um pleito normal, inserido naquele jogo democrático em que o povo elege livremente os representantes que em Assembleia defenderão os seus interesses. Se pretendessemos atender com verdade a este objetivo seríamos forçados a negar o menor interesse a qualquer participação das forças democráticas portuguesas, neste ato. Na realidade, tanto no que diz respeito à total falta de garantias que rodeia a eleição, como à livre expressão dos candidatos ou ainda à fiscalização do ato, é difícil atribuir ao pleito outro qualificativo que não seja o de pura farsa. É farsa pura um recenseamento eleitoral que se acha a tal ponto fraudado que apenas 20 por cento dos possíveis eleitores poderão exercer um direito que, entretanto, a constituição lhes assegura. É farsa pura a possibilidade de expressão dos candidatos à eleição num país onde a censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao livro continua em vigor sem qualquer alteração, a não ser a que é imposta em períodos fugazes pelos caprichos demagógicos de Marcelo Caetano. É farsa pura um processo que não permite a fiscalização necessária e indispensável à honestidade do ato eleitoral.

Sendo pura farsa, o processo pode contudo apresentar certo interesse. Para isso será necessário encará-lo à luz de outro critério, não esquecendo que ele constitui apenas mais uma etapa de um longo caminho que vem sendo trilhado na luta pela democratização do país. O único valor destas eleições reside na possibilidade da sua utilização como mobilização da consciência democrática nacional. Já que conseguimos forçar o regime a realizar eleições para inglês ver, e embora saibamos que ele pensa que o domínio da máquina tão laboriosamente montada lhe permitirá ganhá-las pela fraude, utilizemos este período para unir forças, nunca

perdendo de vista que essa união deve prosseguir para além do momento eleitoral.

Em relação a este ponto, o Cinco de Outubro que este mês comemoramos, deve ser para nós um ensinamento. Nas dezenas de anos da grande luta republicana que precedeu essa data, realizaram-se várias eleições. Também então embora as garantias eleitorais apresentadas pela monarquia fossem bem maiores que as atuais, os republicanos sabiam que não poderiam derrubar o regime pelas urnas. Mas a propaganda nos períodos eleitorais e a ação que desenvolveram graças aos lugares que foram conquistando no Parlamento, serviram-lhes para galvanizar a opinião pública, levando-a, num movimento progressivo e irresistível, à Revolução da República. Também assim deve acontecer hoje. Entretanto, o que é necessário não perder de vista — e infelizmente não nos parece que assim se esteja procedendo atualmente em Portugal — é que as Comissões de Unidade formadas com vista à apresentação dos candidatos que se oporão aos do regime de Caetano, devem efetivamente ser Comissões Democráticas que, sem preconceitos, sem exclusões, sem arriêre-pensées representem todas as forças que tradicionalmente vêm lutando contra a fascização do nosso país. É necessário evitar a todo o custo as divisões. E nos lugares onde isso não aconteceu, é necessário desmascarar os artifices da divisão, aqueles que movidos por interesses particulares escusos, totalmente alheios à causa do povo português, desejam a todo o custo para si próprios, e apenas para si, um lugar ao sol, nem que seja ao sol do fascismo, nem que seja em detrimento dos princípios, dos ideais que teoricamente dizem defender.

Conscientes de que se trata de uma farsa, aproveitemos pois o período eleitoral para nos mobilizarmos e unirmos, em torno da bandeira de Democracia, com vista ao futuro. Quem assim não proceder que seja desde já desmascarado. Após dezenas de anos de sacrifício e de luta, o povo português não pode ser iludido.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Caetano amã o poder pelo poder

... declara Salazar a L'Aurore

O jornalista francês Roland Faure, de L'Aurore, entrevistou recentemente Salazar no Palácio de São Bento. Publicamos abaixo o resumo dessa entrevista distribuído no Exterior pela Agência France-Presse:

PARIS, 6 de Setembro — Oliveira Salazar acredita que continua sendo o chefe do governo português e pensa que o primeiro-ministro Marcelo Caetano nem sequer faz parte do Governo, segundo revelou o matutino L'Aurore, de Paris.

O conhecido reporter desse cotidiano Roland Faure foi o primeiro jornalista que conseguiu entrevistar o dr. Salazar após o ataque de hemiplegia ocorrido há um ano. Nessa entrevista revela detalhes sobre a actual situação do velho líder até agora desconhecidos.

Nem o próprio presidente da Republica, almirante Americo Thomaz, ousou revelar a Salazar que ele já não detem a menor parcela de poder. Meio paralítico e quase cego, o entrevistado continua persuadido de que é ainda o dono dos destinos lusitanos.

Salazar recebeu Roland Faure no jardim do Palácio que continua ocupando. Uma velha dona de casa conduziu-o junto de Salazar, que se achava abatido e sentado numa cadeira de balanço, dizendo-lhe previamente: "Atenção, nada sabe sobre a sua situação. O próprio presidente da Republica desistiu de o pôr ao corrente do que se passa".

Enquanto Faure permaneceu na antecâmara, essa senhora disse-lhe: "Está com o ministro do Interior". "Ela disse isto — escreve Faure — com uma satisfação impossível de imaginar em outros tempos, quando um ministro do Interior era aqui, como ela, um simples servidor zeloso do seu dono".

Segundo o reporter, Salazar está completamente paralizado do lado esquerdo e perdeu a visão desse lado. O "presidente" falou longamente com Faure sobre sua actual política africana, congratulando-se por haver-lhe dado continuidade e não ter abandonado um centímetro de território lusitano em África.

Mostrou-se preocupado com os voos interplanetários dizendo: "Quem poderá garantir que os russos, uma vez instalados na Lua, não tratarão de utilizá-la como base de agressão?"

O jornalista observa que a doutrina salazarista não mudou nem um pouco no seu criador. Mas o que interessava a Roland Faure era saber se realmente Salazar vivia na ignorância de sua verdadeira situação política e, por isso, abordou o problema da sua "eventual sucessão". Perguntou directamente: "Senhor presidente, pensa que a sua sucessão poderia trazer grandes modificações na política que escolheu para Portugal?"

Inicialmente, a resposta foi ambígua: "A minha política — e falo antes de mais nada da sua parte essencial que diz respeito a Africa — assenta na vontade de todo um povo, já que para nós Portugal não é unicamente a Metropole, mas também as Províncias de

Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor e Macau. Ninguém poderá ir contra a vontade da Nação". E acrescentou: "Claro que nenhum homem tem como eu a vontade de manter esta política".

O jornalista fez então perguntas mais directas "Durante sua doença quem tomou a direcção dos assuntos do Estado?"

"Não estou ainda de todo restabelecido — respondeu Salazar — e minha única preocupação é conservar as forças para continuar assumindo as minhas funções".

"O senhor recebe aqui os ministros do Governo?"

"Sim — afirmou — é mais agradável no jardim do que em casa".

"Todos os ministros vêm dar-lhe contas de cada Secretaria de Estado?"

"Sim".

"O senhor, então, dá-lhes as directivas?"

"Não imponho decisões."

"Mas então, elas são tomadas coletivamente pelo Conselho de Ministros? E o Conselho reúne-se aqui?"

"Não. As decisões são esboçadas aqui e tomadas oficialmente nos Conselhos que o Presidente da Republica, na minha ausencia, realiza no seu Palácio".

"Todos os ministros do actual Governo foram escolhidos por V. Exa. e todos merecem a sua confiança?"

"Sim, estou certo disso!"

"E se um deles não aplicar a política que V. Exa. determinou será expulso? E nomeará outro?"

"Claro!"

Oliveira Salazar afirmava tudo isso com naturalidade e fazendo um gesto vago com a mão direita.

PARA SALAZAR, MARCELO NÃO FAZ PARTE DO GOVERNO...

"Não resta dúvida — escreve Roland Faure — Em nenhum momento passou pela cabeça de Salazar a hipótese de que poderia ter sido afastado, em dia já distante e da forma mais legal, pelo seu amigo almirante Americo Thomaz, presidente da Republica, o qual não o informou de nada".

Finalmente, o jornalista fez a Salazar uma pergunta que deu lugar a uma resposta alucinante.

"Fala-se muito, nos últimos tempos, de um dos seus antigos ministros, Marcelo Caetano. Que pensa dele?"

"Conheço bem o Caetano — respondeu Salazar, depois de reflectir longamente. Foi várias vezes ministro e aprecio-o. Ama o Poder pelo Poder, para ter a impressão exaltante de marcar pessoalmente o transcorrer das coisas. É inteligente, tem autoridade, mas equivoca-se não querendo colaborar conosco no Governo. O senhor sabe, ele não faz parte do Governo. Continua ensinando Direito na Universidade e, às vezes, escreve-me para dizer o que pensa sobre as minhas iniciativas. Nem sempre as aprova. Tem a coragem de me dizer isso. Admiro essa coragem, mas ele não parece compreender que para agir com eficiência

e para avaliar os acontecimentos é necessário participar do Governo".

"Mas dizem que foi V. Exa. que não o quis mais no Governo, como ministro..."

"Talvez, talvez" — murmurou o velho

Segundo o jornalista, a atmosfera fictícia em que Salazar vive é o resultado de uma cumplicidade entre os mem-

bro do Governo, os empregados do Palácio e os médicos que o tratam e que o proibiram terminantemente de ler os jornais, ouvir rádio e ver televisão.

Faure termina afirmando: "Estranha e dramática situação, impregnada de grandiosidade irreal a deste personagem shakespeariano: "O Rei que não quer morrer!"

UM LIVRO DE RUY LUIZ GOMES

RUY LUIS GOMES, PROBLEMAS DE INVESTIGAÇÃO E HISTÓRIA. Editorial Inova Limitada, Porto, 1969 (200 páginas).

Acaba de ser publicada em Portugal esta coletânea de estudos da autoria do Prof. Ruy Luis Gomes. O Índice da coletânea, dá-nos: I. O valor social da investigação científica; II. Investigação científica; III. Albert Einstein (E=mc²: o mais urgente problema do nosso tempo); IV. A relatividade — origem, evolução e tendências actuais; V. A Revolução Republicana de 31 de Janeiro. O volume termina com uma Nota acerca do professor Ruy Luis Gomes como professor universitário e cientista, da autoria de Luis Neves Real, e ainda com uma Bibliografia do Professor Ruy Luis Gomes. A apreciação da orla do livro é da autoria de Oscar Lopes.

Bem haja a editora do Porto que em tão boa hora reuniu tão importantes e actuais publicações. A variedade e a riqueza do pequeno volume reflecte a complexidade e a riqueza da personalidade do seu autor, uma das figuras de mais destaque da vida portuguesa contemporânea. Neste livro encontramos o Ruy Luis Gomes cientista, um dos maiores da história das matemáticas em Portugal. Encontramos o Ruy Luis Gomes-cientista, altamente consciente do valor social da investigação científica, o Ruy Luis Gomes empenhado na criação dos quadros científicos de que Portugal precisou e precisa cada vez mais. Finalmente encontramos no estudo sobre A Revolução Republicana de 31 de Janeiro, mais duas facetas da sua riquíssima personalidade. A primeira, de todos bem conhecida, ligada ao cidadão português Ruy Luis Gomes. Ao civismo daquele em que sempre os actos corresponderam às palavras. Ao cidadão impoluto em que os imperativos de ordem cívica e política obedeceram sempre e conjuntamente a imperativos de ordem científica e a imperativos de ordem ética, moral. A segunda faceta revelada pelo estudo citado, revela-nos, de uma maneira que diríamos insólita, talvez o historiador de mais elevado nível que se tenha ocupado de problemas da vida portuguesa contemporânea. A análise estrutural e conjuntural do momento da Revolução de 31 de Janeiro revela-nos um historiador de vanguarda.

A fechar o pequeno volume salientamos as justíssimas, e

PEQUENAS NOTÍCIAS

* A peça de teatro "O Crime do Padre Martinho", da autoria de Bernardo Santarém e inspirada no caso do Padre Felicidade, esgotou-se rapidamente. A sua reedição, pela editora Atica, foi proibida.

* O jornal "A Capital", que está na linha de mira dos fascistas, publicou recentemente uma fotografia do busto do escritor Fernando Namora, feito por José Dias Coelho, com a legenda de "artista mártir e herói nacional".

* Mais uma festa de milionários vai realizar-se em Portugal, que é atualmente o país preferido pela aristocracia do dinheiro para as suas farras. Desta vez são os Patiño, da famigerada família do Rei do Estanho que vão receber, no Castelo de Alcoitão, o chamado international set para apresentação à sociedade decadente da sua filha Minnie.

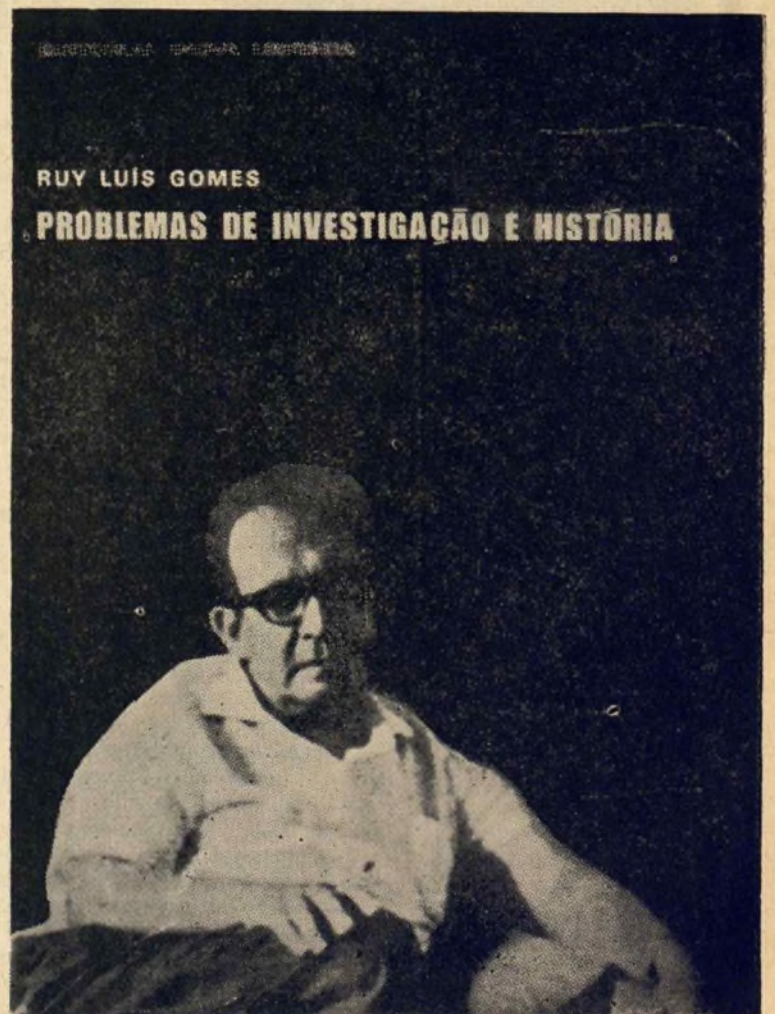
PEDRO MONJARDINO

Acabamos de receber na nossa redacção a notícia da morte súbita, em Lisboa, do dr. Pedro Monjardino.

Pedro Monjardino foi uma destacada personalidade da medicina portuguesa contemporânea, na sua especialidade de ginecologista. Trabalhando em estúdios em Paris com o dr. Lamaze, de quem foi discípulo, e depois em estreita colaboração com o dr. Vellay, Pedro Monjardino foi o introdutor em Portugal do "parto sem dor".

Também desde há muitos anos Pedro Monjardino se destacou pela sua coerência cívica e política, alinhando com a Oposição Democrática Portuguesa.

Portugal Democrático manifesta o seu pesar pelo súbito desaparecimento deste companheiro de muitas lutas pela Liberdade e pela Democracia em Portugal, e associa-se à mágoa de todos os amigos, correligionários e familiares do dr. Pedro Monjardino.



Notas e comentários

O Discipulo e o Mestre

Um enviado especial do jornal "L'Aurore" — que durante a guerra da Argélia era o porta-voz da extrema-direita francesa — esteve recentemente em Portugal onde se deslocou a fim de entrevistar Salazar e Marcelo Caetano. Conseguiu o que pretendia: falou longamente com ambos. Publicamos noutra página um resumo do diálogo que manteve com Salazar. Dezenas de milhões de pessoas, em todo o mundo, divertiram-se com o relato desse encontro, transmitido pelas agências noticiosas. Não cremos que seja semelhante a reação dos portugueses democráticos ainda desconhecedores do estado de debilidade mental a que se acha reduzido o ex-ditador. Acreditamos que de algum modo todo o anti-fascista se sentirá antes humilhado do que alegre ao tomar conhecimento desse documento alucinante. O importante na entrevista não é o palrar imbecil de Salazar, o estado de semi-loucura em que vegeta, mas sim a confirmação da cumplicidade abjecta de todo o Ministério fascista e sobretudo o facto de Marcelo e seus comparsas escondem a verdade do povo português, do mesmo modo que a escondem ao farrapo de São Bento junto do qual representam o papel de marionettes. A censura, como era de esperar, proibiu a imprensa portuguesa de reproduzir o diálogo do reporter com Salazar. Não convinha a Marcelo Caetano que 9 milhões de portugueses tomassem conhecimento da comédia vergonhosa que se representa diariamente no palco de São Bento na qual Salazar é simultaneamente o buda vivo e o bôbo da corte e os ministros e Tomás são pequenos truões shakespearianos. O diálogo com Roland Faure é uma imagem do regime. Por isso desperta mais ódio do que riso. Nenhum português patriota pode sentir satisfação ao ver-se colocado ante a realidade: o retrato repulsivo do Estado fascista português. O papaguear do louco de São Bento tem atrás de si 43 anos de opressão e terror.

A entrevista com Marcelo Caetano confirma o óbvio: a fidelidade ao colonialismo e ao fascismo. Mas há nela uma passagem em que o discípulo, pela hipocrisia, se coloca no mesmo plano alucinatório do seu velho mestre. Quando o reporter falou das "eleições", Caetano atingiu as fronteiras do humor negro: "Nada impede a Oposição de jogar o jogo da Democracia", respondeu. Nada, diremos nós, excepto tudo: a Censura, o desrespeito pelo art. 8.º da Constituição, a PIDE, os presídios cheios de patriotas, o terror da GNR e da PSP, uma guerra monstruosa que não pode ser debatida nos jornais, a proibição de criticar a presença de bases estrangeiras, a venda das riquezas nacionais aos monopólios estrangeiros, o esmagamento das reivindicações ope-

rárias e camponesas, a transformação dos sindicatos em instrumentos da vontade do regime, a liquidação das associações estudantis, o encerramento da Universidade de Coimbra, a perseguição aos emigrados políticos, aos escritores, aos professores. Nada impede a Oposição de jogar o jogo democrático excepto as Leis fascistizadas escoradas por um aparelho de repressão colocado a serviço da defesa de uma política de TRAIÇÃO NACIONAL.

A Frelimo está mais Forte

Em nossa última edição, fazendo um balanço das informações recebidas dos nossos correspondentes em várias capitais africanas, chamávamos a atenção para o facto de a FRELIMO ter suportado bem o rude golpe sofrido com o assassinio do dr. Eduardo Mondlane e prosseguir com redobrado vigor a luta pela libertação do povo moçambicano.

As notícias que nos chegaram nas últimas semanas sobre a situação política e militar em Moçambique confirmam o fortalecimento da FRELIMO e desmentem o optimismo gratuito alardeado no início do ano pelo governo de Lisboa e pelo estado-maior fascista.

Tudo parece indicar que a organização revolucionária se acha agora em condições de imprimir um novo dinamismo ao combate que vinha travando. Durante a sua última reunião, a Comissão Central da FRELIMO procedeu a uma análise da situação geral, chegando a acôrdo no tocante às concepções políticas sobre o processo da luta de libertação e em particular sobre o papel predominante da luta armada popular como tarefa prioritária inspiradora das atividades e estruturas da organização. O Conselho da Presidência designado para substituir Mondlane é formado por Uria Samango, pelo comandante Samora Machel e Marcelino dos Santos, cabendo ao primeiro o papel de coordenador do órgão.

Como reflexo da unidade obtida no plano político, regista-se em todo o Norte de Moçambique uma sensível intensificação das atividades militares. Na Província de Cabo Delgado, o colonialismo sofreu recentemente um gravíssimo revês com o ataque ao aeroporto da Mueda durante o qual foram destruídos ou avariados 12 aviões que se encontravam nas pistas ou nos hangares. Posteriormente devido à diminuição da atividade aérea portuguesa na região, comandos da FRELIMO puderam atacar e destruir completamente os postos de Minhanha e Nangololo, apoderando-se de um importante depósito de material de guerra.

No Niassa, a guerrilha controla hoje amplas zonas nas margens do Lago do mesmo

nome e atacou e tomou de assalto a base instalada em Ngazelo.

Mas é sobretudo em Cabora-Bassa sobre o Zambeze, na Província de Tete que os esforços do estado-maior português esbarram com dificuldades que traduzem os progressos de organização da FRELIMO. No momento em que o Governo português faz da construção da já famosa baragem um cartaz de propaganda, as tropas colonialistas mostram-se incapazes — apesar do auxílio de unidades sul-africanas — de proteger eficazmente a zona escolhida para o grande aproveitamento hidro-elétrico. Em toda a parte norte da Província de Tete, os combatentes da FRELIMO gozam de sólido apoio popular e converteram as margens do Zambeze em área de "insegurança permanente". Cada semana que passa, as actividades dos comandos da organização alastram mais e mais, estendendo-se para as ricas regiões do centro de Moçambique.

A indisciplina nos quartéis portugueses é uma consequência natural da revolta dos soldados, contra uma guerra que repugna à grande maioria. Meses decorridos sobre a tragédia da Mopeia, pode-se dizer que os mortos do Zambeze não foram esquecidos e que os militares enviados para as guarnições do Norte sentem um rancor crescente contra os altos comandos fascistas, muito mais interessados pelos mexericos políticos e sociais da Beira e de Lourenço Marques do que pela vida das homens que enfrentam a guerrilha.

Tomás Receou os Estudantes

É habitual a presença do "presidente" Tomaz e Ministro da Educação na final dos campeonatos de futebol. O primeiro comparece ao fecho dos torneios futebolísticos, não só por dever das funções que lhe são cometidas pelo chefe do governo (em Portugal, quem manda é o sr. Caetano), mas também por que o homenzinho gosta da bola... O segundo, assiste às festas máximas do futebol por razões demagógicas e inerentes às tarefas do departamento ministerial que o "chefe" lhe deu para controlar policialescamente.

Porém, o torcedor da bola e o homuncúlo que no momento ocupa a pasta da Educação, Hermano Saraiva, o Firme, como jocosamente os estudantes o cognominaram, desta vez não compareceram ao Estádio de Jamôr para assistir ao final da Taça de Portugal. É que a Taça era disputada pela briosa, a Académica de Coimbra, e o Benfica, o mais popular time português. O "venerando" chefe do Estado e o Firme, tiveram medo do povo e dos estudantes. Ainda ecoava em seus ouvidos a monumental vaia que receberam na gloriosa jornada de 17 de Abril em Coimbra...

Tinham razão para temer o povo de Lisboa e os estudantes. Nas vésperas do encontro, mais de 10 mil estudantes e populares de Coimbra se haviam concentrado em Lisboa. A agitação e efervescência nas

ruas e bairros populares de Capital era enorme, prevendo-se grandes acontecimentos.

No dia do jogo, na ida para o Estádio e no próprio estádio, nas barbas da policia, numerosos grupos de estudantes de Coimbra, rapazes e moças, distribuíram aos 70 mil assistentes, um comunicado em que explicavam a sua luta. Cartazes com os dizeres "A Académica está de luto", "Universidade Livre", "Viva a Liberdade", "Melhor ensino", etc. surgiram por toda a parte do Estádio. Mas, os valentes estudantes de Coimbra, ajudados pelos seus colegas de Lisboa, foram mais longe: improvisaram comícios no estádio, explicando ao povo de Lisboa as razões da sua luta e as suas reivindicações. E o povo aplaudia e defendia os estudantes da repressão. Em determinado momento os estudantes rompem a cantar o Hino Nacional e os 70.000 assistentes, de pé, numa afirmação de magnífica solidariedade, associam-se aos estudantes. Durante todo o desafio (efectivamente, um magnifico e herói-

co desafio às autoridades fascistas, os estudantes dão vivas à Académica, à Liberdade. Os tradicionais FRAS estudantis foram constantes. Antes e após o jogo os milhares de estudantes de Coimbra e os seus colegas de Lisboa, numa grandiosa jornada de solidariedade, confraternizaram nas escolas, nas ruas e cafés e no Estádio Nacional. A população de Lisboa, por sua vez, rodeou os estudantes de Coimbra do maior carinho, aplaudindo-os á sua passagem pelas ruas.

Dos milhares de estudantes que participaram desta memorável manifestação que, com a sua audácia e valentia, conseguiram neutralizar as forças repressivas presentes no Estádio e nas ruas de Lisboa, sómente foram presos três, dois de Coimbra e um de Lisboa.

A repercussão destes acontecimentos foi tão grande que até a "domesticada" imprensa nacional a eles se referiu largamente, embora com as cautelas necessárias para passar na censura.

LUTAS POPULARES

Aproveitando a visita dos Ministros da Defesa e da Marinha, 500 alunos do Corpo de Marinheiros do Alfeite fizeram no dia 17 de julho um levantamento de rancho para protestar contra a má qualidade da comida que lhes é distribuída. Quando os Ministros visitavam o refeitório do Grupo nº 2 de Escolas da Armada encontraram-no deserto, pois os marinheiros que há muito tempo protestavam por a comida ser mal confeccionada, nesse dia resolveram fazer greve da fome. O movimento teve grande repercussão na Marinha.

CONCENTRAÇÃO DE FERROVIÁRIOS NOS RESTAURADORES

No dia 2 de agosto, às cinco da tarde, em pleno rush lisboeta, cerca de mil ferroviários concentraram-se na praça dos Restauradores, uma das mais movimentadas da capital. Os trabalhadores, que pertenciam às zonas de Lisboa e arredores, Barreiro e Entrecamamento, apesar do cerco feito pela PIDE e por guardas da Segurança Pública, conseguiram chegar á porta do seu Sindicato, que fica naquela praça, protestando contra os horários desumanos que têm de cumprir e reivindicando melhores salários. Quando a Polícia conseguiu dispersá-los, dirigiram-se para a Avenida da Liberdade, onde se manifestaram durante hora e meia, com cartazes que diziam: "Queremos o mínimo de mil escudos!" "Horários de trabalho humanos", "Prudência", "A nossa causa é também a vossa". A população de Lisboa juntou-se aos ferroviários e muitos estudantes explicavam aos turistas, numerosos em Lisboa nesta época do ano, o movimento dos trabalhadores.

Em consequência desta manifestação, dias depois o Presidente do Conselho de Administração da C.P. foi às oficinas do Barreiro para um contacto direto com os ferroviá-

rios. A reunião correu mal, porque o alto funcionário da C.P. nada mais fez do que prometer a equiparação dos ferroviários às restantes categorias de trabalhadores, daqui a 18 meses... Esta resposta, no fim de contas, veio causar ainda maior descontentamento entre a classe, que se mostra muito unida e organizada. Os circulos operários esperam novas ações dos ferroviários.

MOVIMENTO DOS ATORES DE TEATRO

Dois atores teatrais, Morais e Castro e Costa Ferreira, foram recebidos por Marcelo Caetano e dias depois pelo Secretário da Informação, Moreira Batista, com quem discutiram durante duas horas os problemas da classe. As entrevistas revelaram-se totalmente improdutivas. Moreira Batista pretendeu convencer os seus interlocutores que a Censura era necessária, pois vivemos "numa época difícil em que podemos cair num totalitarismo da esquerda ou da direita"... Os atores teatrais pretendem realizar uma reunião dos 149 signatários do texto enviado há dois meses a Marcelo Caetano, dando-lhes conta dos resultados das diligências feitas. Entretanto, a atriz Adelaide João que tinha levado a várias companhias este texto, para recolher assinaturas, foi afastada dos programas de rádio-teatro da Emissora Nacional, como represália.

IRREGULARIDADES NO SINDICATO DOS ESTIVADORES DO PORTO DE LISBOA

Um grupo de associados deste Sindicato protestou publicamente contra o facto de ter sido "eleito" para a Presidência da Direcção, com a sanção do Ministerio das Corporações, um indivíduo que não é sócio do Sindicato nem exerce a profissão. Trata-se de mais uma das muitas arbitrariedades praticadas pelo regime no setor sindical.

As Forças Anti-Fascistas Travam E Ganham Importantes Batalhas

LISBOA (Do Correspondente) — O mês de setembro decorreu todo êle numa atmosfera de luta caracterizada pelo desafio permanente das forças anti-fascistas à demagogia "liberalizante" do sr. Marcelo Caetano e pelas manobras a que o regime se entregou no duplo intuito de tentar mistificar a opinião pública e cindir a unidade do campo democrático.

Pode-se dizer que a Oposição anti-fascista alcançou, nestas semanas difíceis importantes vitórias. Precisamente porque dirigentes democráticos mais lúcidos nunca encararam a jornada "eleitoral" de 26 de outubro como um fim, mas antes como uma etapa, num período particularmente favorável ao ascenso da luta que o povo português desenvolve em todas as frentes contra o salazarismo sem Salazar, puderam atingir muitos dos objectivos previamente traçados. Tratava-se de um lado de criar as condições para uma ampla unidade de combate ao regime e a tudo o que ele simboliza; e de outro, através do trabalho de esclarecimento realizado, conquistar posições para futuras batalhas e favorecer a intensificação das grandes lutas reivindicativas que a classe operária, os camponeses sem terra, os estudantes os intelectuais e os militares patriotas vêm travando — orientando essas lutas no sentido de objectivos políticos concretos e imediatos.

O Governo reagiu como se esperava. Seus recuos e avanços reflectem com nitidez os exitos e os insucessos das forças democráticas. Sempre que se viu acossado por um adversário forte e unido, o salazarismo sem Salazar fez "concessões", ou, mais exactamente, viu-se obrigado a ceder às reivindicações do adversário, mantendo-se, no entanto, à espreita da primeira oportunidade para o golpear novamente. É assim que devem ser encaradas as medidas "liberalizantes" referentes à autorização das comissões democráticas eleitorais, à abertura dos cadernos eleitorais, à confecção das listas e à fiscalização das "eleições". Essas promessas não podem, claro, ser tomadas à letra. Acuado, o sr. Marcelo Caetano, após os rompantes fascistas do seu ministro do Interior, em agosto, achou prudente recuar, para não ficar desmascarado perante os sectores mais hesitantes da opinião pública. Mas seria uma ilusão romântica admitir que a "campanha eleitoral" obedecerá a regras democráticas. A farsa está montada e o desfecho previsto. O "jogo da democracia" de que fala o sr. Caetano é realmente o jogo do fascismo. É o Estado fascista quem dita as suas regras. O sr. Augusto de Castro, porta-voz servil do sistema, levantou já — numa das suas habituais gaffes — uma ponta do véu, ao lembrar no "Diário de Notícias" que o regime não está em causa nes-

te efervescente mês de Outubro, mas tão sómente o seu aperfeiçoamento.

O regime conta com a Censura, com os governadores civis, com os presidentes das Camaras Municipais, com o contróle das comunicações, com uma imprensa quase toda ela domesticada, com os fatores psicológicos ligados aos mecanismos do medo, com o oportunismo dos falsos opositoristas, e conta sobretudo com o seu poderoso aparelho de repressão que tem como pontas de lança a PIDE, a PSP e a GNR. As vitórias obtidas em Setembro valem, entretanto, por uma demonstração de que muitas outras são possíveis. O fascismo teme o povo. Sabe que, na medida em que os candidatos da democracia e da liberdade conseguirem despertar a combatividade latente das massas, mobilizando-as para o confronto direto, tudo pode acontecer.

Outro não é o motivo pelo qual vem dispensando tratamento diferente aos adversários que enfrenta. A marcha dos acontecimentos provou felizmente que as tentativas divisionistas malograram no essencial, pois os seus efeitos não atingiram a base popular, que se manteve maciçamente fiel ao espirito unitário.

VITÓRIA DA DEMOCRACIA INTERNA

Logo que no campo opositorista se deram os primeiros passos no sentido de, sem quebra da sua coesão, se chegar a uma indicação de candidatos que fossem realmente a expressão das tendências mais profundas das forças anti-fascistas, vale dizer da esmagadora maioria do corpo social da Nação, verificou-se que a essa tendência autenticamente democrática se opunha outra, classista, oportunista e anti-patriótica. O grupo da "Acção Socialista" mostrou-se desde a primeira hora desinteressado de uma consulta às bases e empenhado em conseguir não só uma representação desproporcionada à sua presença real na vida portuguesa como também uma independência muito grande dos candidatos em matéria de orientação da campanha. Embora dizendo aceitar a plataforma de São Pedro de Muel — publicada já por Portugal Democrático — os social-democratas defendiam uma conduta individualista e uma subordinação exclusiva a interesses da sua própria cúpula. Pode-se afirmar que essa linha de rumo oportunista lhes foi politicamente fatal. Conseguiram obter apoio formal de centenas de personalidades em todo o País. Mas perderam simultaneamente a possibilidade de conquistar a confiança das massas — se é que alguma vez a tiveram. O que se viu, tão logo se formou em Lisboa a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (C.E.U.D.), foi uma adesão maciça das forças populares ao Movimento Democrático Eleitoral,

representado em cada Distrito, por uma Comissão Democrática Eleitoral (C.D.E.) Nem o recurso mistificador à palavra Unidade pôde evitar que os social-democratas surgissem aos olhos da Nação como os responsáveis pelo malogro de uma frente única da Oposição ao nível das cupulas, já que na base o povo está unido em torno daqueles que pelo processo democrático da indicação se apresentam como os seus lídimos representantes.

Damos a seguir alguns trechos de um documento da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa, esclarecedor quanto à democracia do Movimento:

"Ao anunciar publicamente a lista de candidatos que vai propor pelo círculo de Lisboa, a C.D.E. entende util fazer uma declaração sobre o espirito que enforma o Movimento.

O Movimento Democrático Eleitoral do Distrito de Lisboa de que a C.D.E. é o órgão directivo, organizou-se para preparar, em ampla e indiscriminada frente unitária, a intervenção dos democratas do distrito de Lisboa neste acto eleitoral. Se lamenta profundamente que, no seu seio, não tenham podido manter-se todas as personalidades de destaque da Oposição Democrática, não pode, todavia, ocultar que o seu objectivo foi atingido em elevadíssimo grau.

Mas bem mais importante do que a frente ampla em si mesma, é o método de acção que levou à sua constituição. O Movimento partiu da convicção de que a unidade democrática só é efectiva e sólida quando alicerçada na participação activa e criadora de todos os democratas. É essa a unica via eficaz para integrar as energias de todos e criar um clima de colaboração permanente. Nesse sentido se dirigiu o apelo à participação de todos os democratas, no necessário espirito de lealdade, respeito pelas diferenças, fraternidade e dedicação aos objectivos comuns. Esse apelo é a própria essência do Movimento Democrático Eleitoral, desde a sua fundação, em Julho ultimo.

Não crendo que se possa (nem pensando que se deva) arrastar o Povo para a defesa de interesses predefinidos, o Movimento Democrático Eleitoral do distrito limita-se a oferecer a cada um o incentivo da solidariedade dos demais e a certeza de que os meios e os fins da acção que é de todos deverão por todos ser definidos.

Pelos meios ao seu alcance, e apesar das dificuldades inerentes, procurou-se que o apelo ecoasse o mais longe possível. Foi esse apelo que se materializou numa estrutura totalmente aberta a todas as correntes do pensamento democrático, fundamentada no poder deliberativo das comissões de base. Constituiu-se uma ampla Comissão Distrital onde têm assento os delegados eleitos das comissões locais e sócio-profissionais em

toda a parte onde se encontrou a ampla representatividade que aquela eleição exigia.

Desde logo, esta experiência de democracia interna, praticada a todos os níveis do Movimento, provocou uma autentica e subita explosão de energias. Numerosos democratas, que de outro modo seriam apenas passivos simpatizantes, transformaram-se assim em novos e activos elementos, combatentes efectivos da causa democrática. Por outro lado, áquela mesma posição de simpatia são chamados agora muitos outros que se ficariam pelo alheamento indiferente mas aos quais assim se podem começar a revelar as implicações dos problemas políticos na sua vida quotidiana. Em consequência, dotou-se o Movimento unitário de uma força real e virtual que abre perspectivas de acção profundamente inovadoras.

Como se vê, pretendemos que este Movimento seja, essencialmente, uma dinamica: a novos alargamentos de base vai correspondendo a criação de novas estruturas; o aparecimento de novos delegados, o alargamento da própria Comissão Distrital. Do mesmo modo o programa eleitoral já elaborado será necessariamente objecto de novos desenvolvimentos no decurso de toda a campanha. O programa democrático terá de ir sendo elaborado por forma verdadeiramente democrática, com a participação, crítica e sugestões de todos. Para nós, ele não é um instrumento de recolha de adesões, antes uma resultante dessas mesmas adesões. Assim, o Movimento Democrático Eleitoral oferece-se apenas como ponto de encontro, como larga frente popular, unitária e aberta, onde todos e cada um contribuem para a definição do programa político comum.

A lista de candidatos que neste comunicado se anuncia foi elaborada segundo um método inédito no nosso País: a partir de amplas votações efectuadas nas comissões de base. Os resultados foram recolhidos por uma comissão política eleita, que, entre outros factores, ponderou a necessidade de constituir um elenco não exclusivamente composto de intelectuais e apresentou uma proposta à Comissão Distrital que, sobre ela, deliberou por voto secreto.

(...) Os candidatos comprometem-se a aplicar o melhor da sua capacidade na propaganda das ideias democráticas junto de todas as camadas da população. Actuarão, durante a campanha, como mandatários do Movimento Democrático Eleitoral e comprometem-se ainda a aplicar a orientação eleitoral por ele traçada e a reservar-lhe a decisão sobre as questões de maior importância."

COMUNICADO CONJUNTO DAS DUAS COMISSÕES

A medida que o tempo ia passando, verificou-se que em quase

tudo o País, a tendencia era para a lista única e para a indicação de candidatos dentro da linha definida pelo Movimento Democrático Eleitoral. O ponto de vista unitário triunfou assim em Aveiro, Coimbra, Leiria, Guarda, Ponta Delgada, Viana do Castelo, Faro, etc. Em todos esses distritos os candidatos foram escolhidos em função do apoio das bases populares, sem ter em vista a sua filiação a qualquer partido, grupo ou corrente. Assim, democraticamente, nas listas, passaram a figurar, coesos em torno da plataforma de São Pedro de Muel e dos interesses específicos do corpo eleitoral de cada distrito, católicos, liberais, comunistas e socialistas de várias tendências.

Em Lisboa e no Porto — situação que depois se tornou extensiva a Braga e a Setúbal — a intransigência dos dirigentes da "Acção Socialista" em defesa das suas posições sectárias levou na prática, a uma cisão traduzida na formação de Comissões da C.E.U.D., ao lado das Comissões preexistentes do movimento Democrático Eleitoral.

Depois de uma série de reuniões entre os representantes das duas Comissões, em Lisboa, foi distribuído à imprensa o seguinte comunicado, que foi publicado nos jornais no dia 14 de Setembro.

"Reuniram-se durante os dias 8, 9 e 10 os representantes da Comissão Democrática Eleitoral e da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática de Lisboa, abaixo-assinados, para tentar estabelecer um acordo para a apresentação de uma lista única de candidatos que englobasse tanto quanto possível todas as correntes da oposição democrática.

Pela C.E.U.D. foi proposto verbalmente:

"Que os dois movimentos, embora continuando formalmente distintos, patrocinariam uma lista única, cujos candidatos seriam escolhidos em perfeita paridade isto é, 6-6) pelas duas comissões e fazendo-se conjugação de esforços através de formas orgânicas a estabelecer por elas.

"Que a plataforma politica seria a aprovada na reunião de S. Pedro de Muel e que os candidatos, de ambos os lados, ficariam apenas vinculados às respectivas comissões, decidindo entre si e por maioria a orientação da campanha, embora na base-da referida plataforma de S. Pedro de Muel".

A C.D.E. comunicou verbalmente que, tendo reunido a sua comissão distrital, decidiu por unanimidade não aceitar a proposta de representação paritária formulada pela C.E.U.D. e propor:

1.º O regresso dos elementos da C.E.U.D. ao movimento unitário que se baseia nos princípios já aprovados, nomeadamente no estatuto dos candidatos aprovado pela C.D.E.

2.º Nova votação nas bases e na comissão distrital a fim de que os novos nomes possam ser votados e uma lista única vir a ser estabelecida.

3.º Em caso de recusa da integração da C.E.U.D. ao movimento, que as duas comissões (C.D.E. e C.E.U.D.) trabalhem desde já em conjunto na preparação de eventuais futuros trabalhos, a decidir, caso a caso, por ambas as partes".

Verificando a impossibilidade de

(Cont. na pág.seguinte)

PORTUGAL AGITA-SE

(Cont. da pág. anterior)

se chegar a um acordo a realizar imediatamente, que pudesse ser aceite por ambas as comissões, os signatários declaram-se, todavia, dispostos a manter entre si o contacto para prosseguir as conversações e coordenar esforços no sentido de uma luta que consideram ser fundamentalmente comum.

Lisboa, 10 de Setembro de 1969.
Pela C.E.D. — Francisco Pereira de Moura, José Manuel Galvão Teles, José Manuel Tengarrinha e Sotto-Mayor Cardia.

Pela C.E.U.D. — Francisco Salgado Zenha, Francisco Sousa Tavares, Gonçalo Ribeiro Teles e Mário Soares."

UMA INTERPRETAÇÃO

O "Jornal de Notícias" do Porto, após o texto do comunicado publicava um comentário ao málogro das conversações feito — segundo aquele órgão de imprensa — por um "informador da C.D.E. Ambas as Comissões esclareceram no dia imediato, que essa interpretação dos fatos era estranha ao comunicado pelo qual se haviam responsabilizado. Entretanto, pelo seu interesse, reproduzimos o comentário em causa:

"O comunicado conjunto vem culminar várias semanas de negociações entre a C.D.E. e a C.E.U.D., no sentido de se alcançar o objetivo de uma lista única no distrito de Lisboa. Ontem mesmo, e antes de se conhecer o resultado da reunião efectuada entre representantes das duas comissões, a imprensa geral, nos meios afectos ao movimento eleitoral oposicionista, era a de que a Comissão Democrática Eleitoral, na véspera reunida em sessão magna, não aceitaria a paridade proposta pela C.E.U.D., embora ressalvando o facto de o problema em causa não residir essencialmente na distribuição numérica dentro da lista.

Como já se sabe, para a C.E.U.D., a unidade assentara exclusivamente na total autonomia das partes componentes, devendo celebrar-se por simples pacto de aliança paritária na lista a constituir.

Por outro lado, a C.D.E., em documento que já fez publicar sobre os princípios da sua actuação na presente campanha eleitoral, sustenta que "a intervenção dos democratas no processo eleitoral exige a adopção de um método que assegure a participação efectiva e deliberativa dos interessados na condução do movimento". E esclarece adiante que "esse método tem de reconhecer o princípio da electividade das comissões pelos democratas nela representados". Ou seja: trata-se — por parte da C.D.E. — de uma concepção de representatividade construída "a partir de baixo", devendo por isso os candidatos a deputados ser apenas a resultante da aplicação sistemática do princípio electivo, em todos os escalões, a partir da base.

Por isso, no estatuto do candidato da C.D.E., já discutido e aprovado em reunião da Comissão Distrital, se diz, em aplicação destes princípios que os candidatos da lista apresentada pela comissão actuam como meros "mandatários do movimento democrático eleitoral de Lisboa".

A OPOSIÇÃO MANIFESTA-SE EM TODO O PAÍS

Não obstante o Governo inundar os jornais com a sua propaganda, num esforço desesperado para fazer crer que o sr. Marcelo Caeta-

no é um grande democrata e um estadista amado pelo povo, e apesar de notas oficiosas intimidatórias e de comunicados dos governadores civis de tom ameaçador, verificou-se em todo o País, à medida que se aproximava o dia 23 de Setembro — assinalado pelo fascismo para o início da campanha — um movimento crescente de adesão aos candidatos anti-fascistas. Diariamente os jornais passaram a inserir longas listas com os nomes de democratas que hipotecavam a sua solidariedade aos candidatos locais da Oposição. Nessas listas, representativas de todas as classes e camadas da população, figuram, para desespero do sr. Caetano, as figuras mais destacadas da intelligentsia portuguesa e os elementos de maior prestígio à escala distrital e municipal. O medo não está funcionando de acordo com os planos do governo fascista.

A ultima "conversa familiar" do sr. Caetano, semeada de insinuações ameaçadoras e de vagas promessas, não teve o efeito esperado pelo seu autor. O sucessor de Salazar foi particularmente desastrado na abordagem da questão colonial, pois a sua afirmação de que "é preciso que cá dentro e lá fora, fique bem claro se o povo português é pelo abandono do Ultramar, ou se está com o Governo na sua política de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas" causou apenas indignação (e anedoctas). Na realidade, a campanha "eleitoral" não permitirá qualquer opção desse genero, pois a censura recebeu instruções rigorosas para cortar ou mutilar impiedosamente todos os artigos ou discursos em que a questão colonial seja tratada com desassombro. O próprio Caetano tem dito e redito que "o País está em guerra" e que certas posições sobre o problema colonial envolvem crime de "traição à Pátria". Nestas condições, a sua tirada sobre o assunto é profundamente hipócrita, o que não escapou ao povo. O soldado que vai para Angola ou para a Guiné, o operário que ganha um salário de fome, o camponês explorado pelos latifundiários alentejanos, o pequeno funcionário proletariado estão fartos de uma guerra impatriótica e criminosa que arruina o país e o esvaíza da sua força produtiva essencial: a juventude.

NO PORTO TRABALHA-SE BEM

Na impossibilidade de oferecermos aos leitores um relato pormenorizado das actividades das Comissões Democráticas Eleitorais em todos os distritos em que foram apresentadas listas da Oposição, publicamos, abaixo um dos ultimos comunicados distribuídos à imprensa pela C.D.E. do Porto e que pelo tom e pelo conteúdo traduz bem o espírito de organização, o senso de responsabilidade e o entusiasmo com que as forças anti-fascistas estão participando do processo "eleitoral". Esse documento, subscrito pelos arquitectos Lobão Vital e Edgar Almeida é, de certa forma, uma síntese de muitos outros, semelhantes, que chegam à nossa Redacção enviados pelos nossos correspondentes em várias capitais de distrito.

Ei-lo, na integra:

"Realizou-se anteontem mais uma reunião da Comissão Distrital da Comissão Democrática do Porto, na qual estiveram presentes várias dezenas de democratas, em representação das comissões concelhias, e ainda, comissões específicas. Foram amplamente a-

bordados os problemas que se prendem com o desenvolvimento da organização da Comissão Democrática do Porto, com o officio em que o sr. governador civil do Porto solicita a lista de candidaturas apresentadas, com a participação da composição "da respectiva Comissão Eleitoral, com a possível brevidade". Eis uma síntese das principais resoluções adoptadas:

a) — Sobre a organização:

Considerando que: com a criação da Comissão Democrática do Porto se pretendeu lançar uma base de trabalho capaz de unir, sem discriminações, os mais amplos sectores de opinião democrática;

— Para realização desse objectivo, é necessário trabalhar de uma forma aberta e dialogante, procurando por todos os meios uma participação o mais ampla possível de democratas na "discussão" "preparação" e "execução das iniciativas políticas";

— O rápido desenvolvimento da organização e da actividade da Comissão Democrática impõe o imediato alargamento das suas estruturas e uma definição clara das formas de coordenação do trabalho;

— A apresentação da lista de candidatos e aproximação de um período que será de intensa actividade para todos aconselha que se estabeleçam novas formas de ligação, nomeadamente entre os elementos da Comissão Democrática do Porto que são candidatos e as restantes comissões nela integradas.

Definiu-se:

— A Comissão Democrática do Porto como uma comissão constituída à escala do distrito do Porto para defender os direitos democráticos do povo português e os interesses que as mais amplas camadas da população fundada no respeito absoluto pelo princípio da unidade sincera de todos os democratas, sem quaisquer exclusões; no presente momento a plataforma de acção comum da Oposição Democrática aprovada na Reunião Nacional de São Pedro de Muel (e cujo anteprojecto foi elaborado pela nossa comissão) constitui a base política programática que une todos os democratas da Comissão Democrática do Porto.

— O plenário distrital tal como a reunião de todos os democratas integrados nas diversas comissões da Comissão Democrática do Porto (comissões concelhias, de freguesia, locais, comissões de estudos, bem como de todas as comissões específicas já constituídas ou que venham a ser criadas).

— A comissão distrital com a reunião de todas as comissões acima enumeradas e entre as reuniões da comissão distrital, competirá à comissão executiva existente a continuidade de todo o trabalho.

— Como método de trabalho, que toda a organização da base ao topo se estruture em moldes perfeitamente democráticos.

— A realização de reuniões amplas em todos os sectores, integrando todos os democratas que queiram participar na eleição a cada nível, dos representantes para as comissões de coordenação e o "controlo" da actividade desses representantes pela base, são princípios fundamentais para a existência e desenvolvimento do movimento democrático.

B) "Sobre o officio do sr. governador civil: foi encarregada a comissão jurídica da Comissão Democrática do Porto de dar o seu parecer sobre o assunto. Após estudo do Decreto-Lei n.º 49.229, de

10 do corrente e consulta das comissões jurídicas e das Comissões Democráticas eleitorais dos restantes distritos.

Foi constituída a delegação que representará a Comissão Democrática do Porto nessa importante reunião nacional, a realizar no

próximo domingo.

Fazem parte da delegação, os seguintes democratas: dr. Armando Bacelar, dr. Armando de Castro, Edgar M. de Almeida Correia, Joaquim Felgueiras, José Cardoso, eng.ª Virgínia Moura e Zeferino Coelho.



Antes mesmo de o governo fascista de Caetano declarar oficialmente aberta a campanha eleitoral os heróicos estudantes de Coimbra iniciaram por conta própria a sua campanha relativa ao novo ano lectivo. Cerca de 1500 universitários arrombaram as portas da Associação Académica, fechada pelo governo fascista, travaram duras horas violenta luta contra poderosas forças policíacas. A Academia pertence aos estudantes e não à PIDE, à PSP e aos sicários de Caetano. A gravura que acima reproduzimos foi extraída do ultimo numero da revista Ibis, e reflecte bem o espirito de revolta que domina toda a juventude universitária.

ECOS DA CAMPANHA

* O arquiteto Lobão Vital, em nome da C.D.E. do Porto, telegrafou aos profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado no dia em que as candidaturas democráticas foram comunicadas ao Governador Civil do Porto, dando os nomes da lista. Os destinatários expediram imediatamente um telegrama com calorosas felicitações, hipotecando integral apoio aos candidatos anti-fascistas.

* Para efeitos "eleitorais", o Movimento Democrático dividiu o país em 4 zonas: Norte, Centro, Lisboa e Sul. Cada uma delas está representada por 5 delegados na Comissão Coordenadora, com sede em Lisboa, que terá funções deliberativas.

* Numa reunião nacional da Oposição realizada em Leiria, um grupo de policíacos a parásana queria por força assistir aos trabalhos, no Hotel Euro-Sol. A PIDE pedira reserva de mesas junto das mesas dos democratas. Os organizadores do encontro apelaram para o Governador Civil. Entretanto os Pides insistiam em que tinham ordens a cumprir e que dali não sairiam... Como ninguém encontrasse o Governador Civil, uma comissão foi falar com o comandante da PSP, informando-o de que não haveria reunião se todos os policíacos presentes — pides e PSP — não se retirassem do hotel. E mais: haveria escandalo público. O comandante da PSP apareceu então e mandou retirar os esbirros todos.

* O grupo da Acção Socialista fez o possível e o impossível para

romper a unidade em vários distritos onde ela já se realizara na base do apoio a uma lista única.

* Em Coimbra, 70 democratas, entre os quais os profs. Orlando de Carvalho, Paulo Quintela, e os escritores Miguel Torga, Mário Braga e Joaquim Namorado, distribuíram um documento que termina com estas palavras:

"Não resta dúvida de que se a informação se fizer nenhum balanço resulta favorável ao Governo. E o veredicto das urnas só lhe será favorável se os mecanismos da fraude permanecerem eficientes. Se a Oposição não permanecer vigilante unida como um homem — como um único homem — para afiançar a verdade ou detectar a mentira. Para cumprir ai, à boca das urnas, a missão que se impôs junto do Povo Português. Para a frente Povo do distrito de Coimbra! Por eleições verdadeiras — livres, honestas e justas".

* O bispo do Porto já se avistou com um representante da C.D.E.

* Em Aveiro, onde a combatividade dos anti-fascistas é grande, foi divulgado um manifesto de apoio às candidaturas democráticas com mais de 200 assinaturas.

* A revelação tardia dos nomes dos candidatos lançados pela C.E.U.D. do Porto resultou das dificuldades encontradas junto de vários social-democratas daquela cidade que discordavam do comportamento anti-unitário dos princi-

(Cont. na pág. 7)

Pela amnistia e contra a repressão

Carlos Costa em liberdade

O povo português acaba de alcançar uma importante vitória com a libertação de CARLOS COSTA, destacado patriota cuja luta pela libertação do povo português é sobejamente conhecida.

CARLOS COSTA havia cumprido a sua pena há bastante tempo, mas, por força das famigeradas "medidas de segurança", a PIDE e o Governo recusavam-se a libertá-lo, conservando-o preso no Forte de Peniche. Ultimamente, com a aproximação do fim de mais um período das "medidas" desenvolveu-se, no Exterior e principalmente em Portugal uma intensa campanha em prol da libertação do prestigioso democrata. Em vésperas da farsa eleitoral que prepara, Marcelo Caetano, assediado pelas pressões da família e dos amigos de CARLOS COSTA e recebendo diariamente cartas e abaixo-assinados sobre o assunto, não teve condições para fazer prolongar as "medidas de segurança".

Ao saudar o heroico combatente anti-fascista, "Portugal Democrático" vê nesta nova e significativa vitória do povo português um incentivo para a campanha nacional e internacional em prol da amnistia a todos os presos políticos portugueses.

AMNISTIA, EXIGÊNCIA NACIONAL

A unanimidade de todos os sectores da Oposição à volta da reclamação da Amnistia para os presos e exilados políticos, revela que essa exigência traduz um dos mais profundos sentimentos populares e nacionais. Com efeito, não é por acaso que até os sectores mais à direita da Oposição, mesmo os soít-disant "oposicionistas" que se bandearam para o lado de Caetano, inscreveram em seus programas de candidatos às próximas "eleições" a Amnistia como condição para o que chamam de "pacificação nacional".

Neste momento da batalha em torno das "eleições", a AMNISTIA constitui uma bandeira de luta no combate pelas liberdades democráticas. E a experiência mostra que esta luta pode ser totalmente vitoriosa. Se as forças democráticas souberem mobilizar com audácia o povo, o governo pode ser colocado na situação de se ver obrigado a libertar todos os presos políticos e a conceder a AMNISTIA.

"Portugal Democrático", fiel às suas tradições e aos sentimentos do povo português, exorta todos os democratas e, em especial, todos os candidatos da Oposição, seja qual for a ideologia ou religião que professem, a darem maior coesão e vigor à luta pela libertação dos presos e regresso dos exilados em condições de poderem participar plena e livremente da vida política nacional.

A REPRESSÃO CONTINUA

Ainda existem algumas camadas da população (até al-

guns "líderes" democráticos!) e sectores da opinião internacional que, confundindo os seus desejos com a realidade e mistificados pela propaganda caetanista, pretendem estar em curso um processo de liberalização em Portugal. Os novos métodos da ditadura fascista e o "estilo" de seu émulos, são tidos como gestos e intenções realmente liberais. Melhor do que em qualquer outro plano da vida nacional é no campo da repressão que a máscara do "liberal" Caetano se desfaz.

Sob o governo de Caetano já morreu nas mãos da PIDE o jovem estudante Daniel Teixeira. Ao invés de um inquérito e julgamento dos criminosos, o sr. Marcelo Caetano mandou condecorar o director desse bando de marginais, o sinistro Silva Pais, heraldo do governo de Salazar. Mas, não ficou por aqui o sr. Caetano que alguns ingénuos diziam estar em luta contra a PIDE. Recentemente mandou louvar o assassino confesso do dirigente operário Alfredo Diniz e de outros democratas, o torturador-especializado José Gonçalves.

Já sob o governo do "liberal" Caetano foram torturados durante longos meses numerosos presos políticos, entre Canais Rocha, Rosalina Labaredas e outros que foram espancados e mantidos durante dezenas de dias sem poderem dormir. Ainda sob o governo de Caetano foram presos dezenas de trabalhadores e estudantes, apenas por lutarem pelos seus direitos, e dezenas de democratas por lutarem pela liberdade, como Angelo Veloso, Manuel Pedro e Cabral Matos e tantos outros. Foi perseguido como uma fera, por todo o território nacional, o patriota Palma Inácio, cuja cabeça foi posta a prêmio como um vulgar criminoso. A sua fotografia foi enviada para os jornais, assim como a de Angelo Veloso e seus companheiros, para facilitar as capturas.

Nas prisões continuam encarcerados centenas de patriotas, alguns dos quais como José Magro, Guilherme de Carvalho, Dias Lourenço, Pires Jorge, Julio Martins e Rogério de Carvalho contam mais de uma dezena de anos de prisão. Outros, como Manuel Serra, Jorge Araujo, Octávio Pato, José Carlos, Blanqui Teixeira, Veiga de Oliveira e tantos outros homens e mulheres corajosos, perderam a liberdade há longos anos por lutarem pela democracia e o progresso.

A verdade sobre a "liberalização" promovida pelo governo do sr. Caetano está aí. Mas a resposta à demagogia de Caetano e às mentiras dos escribas a seu soldo está sendo dada pelos democratas que não se deixaram iludir e permanecem solidários com os que jazem nos cárceres políticos às ordens da PIDE e do

governo de M. Caetano. Em sua Plataforma para uma Acção Comum, a Oposição exige: "Extinção da policia politica, dos Tribunais Plenários e das medidas de segurança por delitos de opinião, libertação de todos os presos políticos e reintegração de todos os perseguidos por motivos politicos na plenitude dos seus direitos, livre regresso dos exilados politicos ao país e ás suas funções". Que esta exigência seja empunhada, como um estandarte por todos os democratas e a repressão terminará, finalmente, por que findarão também os seus agentes.

PRESO BÉBÉ DE UM ANO

A policia do sr. Caetano não se limita a matar, a prender e torturar os patriotas que, corajosamente, se opõem à politica criminosa e de traição nacional de seu governo. Vai mais longe, prende e tortura também as mulheres e filhos dos democratas que lhe caem nas garras.

No assalto à residência do anti-fascista Manuel Pedro, em Maio p.p., a PIDE, além das depredações que cometeu, prendeu toda a família. E, na sua fúria repressiva, a policia politica do sr. Caetano, quando invadiu a casa de outro democrata, Cabral de Matos, prendeu também a mulher e o filho, um bebé com um ano de idade!

PELA LIBERTAÇÃO DE PALMA E CRUZEIRO

Correspondendo ao apelo da F.P.L.N. e de outras organizações democraticas portuguesas do exterior, contam-se por milhares os telegramas, cartas, abaixo-assinados e protestos endereçados às autoridades espanholas exigindo a libertação de Herminio da Palma Inácio e Eduardo Cruzeiro.

Entre as organizações empenhadas nessa mobilização da opinião internacional e que obtiveram grande êxito, salientamos a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela — que, em Julho, dirigiu um apelo à opinião publica venezuelana conclamando-a a reclamar das autoridades fascistas espanholas a libertação de Eduardo Cruzeiro e Palma Inácio — e o Secretariado dos Encontros de Estudantes Portugueses no Estrangeiro. O SEEP recolheu milhares de assinaturas por toda a Europa, para um abaixo-assinado em que se exige a anulação da medida de extradição imposta a Eduardo Cruzeiro, após o cumprimento da pena de 18 meses a que o mesmo foi condenado por um Tribunal franquista.

"Le Monde" relata a luta dos estudantes de Coimbra

"Há quase quatro meses, Coimbra, a mais velha universidade de Portugal é teatro de um movimento de contestação de uma amplitude sem precedentes na história da Universidade portuguesa. Oito mil estudantes, entre os oito mil e setecentos inscritos, seguiram a palavra de ordem decidida no dia 28 de maio por cinco mil votos, de bolcotas os exames. As numerosas forças de policia que ocuparam o "campus" a partir de 2 de junho não conseguiram vencer a resistência dos estudantes, e as autoridades foram obrigadas a adiar para outubro a maioria dos exames.

Nestes últimos dias, o governo anunciou que estaria disposto a discutir eventuais reformas universitárias sob a condição de não se repetirem mais as acções no campus universitário. Mas, o ministro da educação Saralva, decidiu, igualmente, a suspensão das atividades da Associação dos Estudantes de Coimbra.

Na origem do movimento de contestação, cuja unidade e determinação causaram surpresa geral, encontra-se um simples incidente: a 17 de abril o Presidente da República, Almirante Américo Tomás, inaugurando um novo edificio da Faculdade de Ciências, recusou a palavra ao presidente da Associação de estudantes de Coimbra, sr. Alberto Martins. Imediatamente foi vaiado pelos dois mil estudantes presentes. Algumas horas mais tarde pela primeira vez na história da velha universidade, o presidente da associação de estudantes era preso, em plena rua pelos agentes da policia politica (P.I.D.E.) As manifestações logo organizadas como sinal de protesto, eram dispersas por policiaes armados de metralhadoras e os manifestantes perseguidos por cães policiaes.

Estas medidas repressivas iriam provocar uma revolta em Coimbra. Elas marcavam, com efeito, o malogro de iniciativas tonadas pelos estudantes desde há um ano e meio, visando liberar sua associação do controle governamental. Durante muito tempo as associações tinham conseguido preservar um certo grau de autonomia e certas liberdades no seio da Universidade. Mas, em 1965, o governo nomeou uma comissão administrativa à cabeça da Associação geral dos estudantes de Coimbra e impediu que esta se organizasse livremente para defender suas reivindicações.

Há um ano e meio as organizações autónomas tradicionais da Academia de Coimbra (grupos de teatro, corais e sobretudo os "conselhos das repúblicas, espécie de casas comunitárias dos estudantes de provincia, depositárias das antigas tradições estudantis) tinham-se organizado no sentido de conseguirem que os dirigentes da Associação fossem designados por eleições livres. Em outubro de 1968 dois mil e quinhentos estudantes aprovavam uma plataforma de reivindicações que incluía nove pontos. Essa plataforma foi igualmente aprovada pelos estudantes de Lisboa e do Porto. Esta carta reclamava: a revogação da legislação que entrava a liberdade de associação; a participação de estudantes democraticamente eleitos, na gestão dos serviços criados pelo governo; a participação das associações de estudantes eleitos na reforma universitária; a democratização do ensino e a criação de uma união nacional de estudantes. Após esta reunião, o governo autorizou a realização de eleições livres para a

designação dos dirigentes da Associação de estudantes de Coimbra. A lista apresentada pelos estudantes obteve mais de 75% dos votos e Alberto Martins foi eleito presidente da Associação. A sua prisão, seguida da expulsão de mais oito dirigentes da associação, demonstrava a vontade do governo em não reconhecer esse organismo representativo. Por solidariedade, um número cada vez maior de estudantes aderiu ao movimento, e, no dia 23 de abril, foi decretado o "luto academico" — ou greve geral aos cursos — apolado a quase 100%. Os estudantes organizaram assembleias permanentes em cada faculdade e debates sobre os problemas de fundo da universidade e do ensino.

Facto inesperado, a maioria dos assistentes e cento e cinquenta professores assinaram um documento no qual se declaravam solidários dos estudantes. A 6 de maio o governo ordenou o fechamento da Universidade. No dia seguinte, a direcção da associação dos estudantes respondeu com um manifesto à nação denunciando a repressão e fazendo uma análise de fundo dos problemas da universidade. Pediam a reforma global do ensino, a independência e autonomia da universidade, a concessão de um pré-salário, a gratuidade e democratização e a reintegração dos estudantes expulsos.

"Não esqueçamos, declarava o manifesto, que a democratização do ensino exige toda uma democratização das estruturas sociais, uma democratização económica e social, sob pena de vermos reforçados os privilégios estabelecidos. Nós queremos uma universidade nova num Portugal novo, uma universidade livre num Portugal livre".

A 2 de junho, primeiro dia dos exames, a cidade universitária amanheceu cercada pelas forças policiaes na expectativa de eventuais incidentes. Os raros estudantes que desejavam apresentar-se nas salas de exame (56 entre 8.700) tiveram de subir em jipes fortemente protegidos pela policia.

Apesar das ameaças do governo de anular os adiamentos de mobilização dos estudantes que "não tivessem um bom comportamento" e enviá-los às colónias africanas, a grande maioria recusou-se a prestar exames. A 22 de junho, na final da Taça de futebol de Portugal, milhares de estudantes trajando as capas negras dirigiram-se ao estádio de Lisboa, distribuindo panfletos para explicar o sentido de sua acção. Pela primeira vez, o Presidente da República não assistiu à partida. Os estudantes exigem agora a demissão do ministro da Educação Nacional, uma reforma fundamental do ensino e uma maior participação nos assuntos da universidade. Por seu lado, o governo parece decidido, perante a amplitude do movimento, a fazer concessões para obter um regresso à normalidade. Em uma resolução adotada nestes últimos dias o corpo docente manifestou o desejo de que "os estudantes prestem seus exames com a garantia de que o governo lhes dará das franquias universitárias. A resolução acrescenta: "A partir do próximo ano pode-se esperar o início do trabalho preparatório para uma reforma fundamental de todas as universidades portuguesas."

(C. L., in "Le Monde", Paris, 14 de Agosto 69).



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES, 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

ECOS DA CAMPANHA (Cont. da pág. 5)

país dirigentes da "Ação Socialista".

* Em Tomar centenas de pessoas deram a sua adesão à Comissão Democrática Eleitoral daquela cidade empenhada em "agrupar todos os democratas do conselho numa força única, seguindo os princípios aprovados no encontro nacional de São Pedro de Muel, na reunião de 15 de junho deste ano".

* Em Alter do Chão, Monforte e Portalegre os anti-fascistas locais arregimentam-se para enfrentar os candidatos da U.N.

* A jornalista Manuela de Azevedo verificou pessoalmente em Maio que tanto ela como seu pai estavam inscritos nos cadernos eleitorais do 1.º Bairro Administrativo. Em Setembro, ao querer subscrever a apresentação das listas para eleição de deputados, solicitou o indispensável certificado de eleitora. Foi então informada de que seu nome não figurava nos novos cadernos eleitorais. Todos os seus protestos foram inúteis na prática: deixou de ser eleitora!

* A Assembléa Democrática do Distrito de Braga a que está subordinada a respectiva Comissão Democrática Eleitoral é formada por uma centena de individualidades representativas de todas as actividades profissionais.

* Em Ponta Delgada, um grupo de democratas prestes a constituir-se em Comissão Eleitoral recorreu para o ministro do Interior do despacho do Governador do Distrito que proibiu o ciclo de conferências de índole democrática que se projectava realizar antes da abertura da campanha.

* Alguns nomes da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa: Arlindo Vicente, advogado; Francisco Pereira de Moura, professor; Sérgio Ribeiro (filho de Aquilino Ribeiro); Mário Sottomayor Cardia, licenciado em filosofia; Padre Felicidade Alves; Luis Filipe Lindley Cintra, professor Universitário; José Manuel Tengarrinha, historiador; José Gaspar Teixeira, matemático; Jorge Sampaio, advogado; José Manuel Galvão Telles, advogado.

* Numa reunião do historiador Antonio José Saraiva, no Porto, com cerca de 1.000 pessoas um grupo de jovens tomou a iniciativa de enviar um telegrama ao sr. Marcelo Caetano, pedindo a reintegração de todos os professores afastados por motivos políticos.

* A "Declaração de Ponta Delgada" primeiro ato da campanha democrática nos Açores, foi subscrita por 800 pessoas.

* O Governador Civil de Lisboa, Afonso Marchueta, endereçou em setembro advertências ameaçadoras à Comissão Democrática Eleitoral, lembrando que todas as suas reuniões tinham de se subordinar às disposições do decreto-lei fascista nº 22.468, de 11 de abril de 1933.

* Nas administrações de Bairros em Lisboa, os funcionários invocam todos os pretextos para recusar certificados de eleitores a elementos da Oposição democrática. Um capitão do Exército, sr. Alfredo Barroso, recebeu como resposta que "não havia impressos".

* O prazo para a apresentação de candidaturas findou no dia 25 de Setembro.

* O desgaste da chamada Comissão Eleitoral de Unidade Democrática de Lisboa é tão grande que a imprensa vem dando mais relevo aos trabalhos da C.D.E. De todos os jornais portugueses de grande tiragem, o "Diário de Lisboa" é o que vem adoptando uma linha mais digna, de apoio às candidaturas oposicionistas. A "Capital", dirigida pelo liberal

Norberto Lopes, oscila entre a simpatia tímida pelos social-democratas e a colaboração disfarçada com o caetanismo.

* O "Diário de Notícias" comanda uma vez mais, a campanha do fascismo.

O editorial "A Opção", do mar-cróbio Augusto de Castro, causou indignação generalizada.

* A futura "Assembléa Nacional" será Constituinte. Compor-se-á de 130 "deputados".

* Nas Colónias a Oposição ao fascismo enfrenta obstáculos praticamente insuperáveis para disputar as "eleições", pois qualquer candidato que defendesse o direito à autodeterminação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné seria preso e processado. E a democracia caetanista ...

* Em quase todas as aldeias dos arredores de Lisboa há Comissões de apoio à C.D.E.

* Os candidatos que obtiverem pelo menos 20% dos votos expressos poderão receber do Estado o reembolso dos despesas feitas com a impressão das listas. Foi uma conquista do movimento democrático.

* A Liga Popular Monárquica, entidade de que faz parte o sr. Barrilaro Ruas, pretende concorrer às "eleições". Mas a Casa Monárquica divulgou, a propósito uma nota, esclarecendo que é ela e mais ninguém que fala em nome da santa Monarquia. Brigas de comadres ...

* A Comissão Democrática Eleitoral de Évora distribuiu um documento manifestando-se inteltramente solidária com a plataforma de São Pedro de Muel.

* Entre os democratas cujos nomes desapareceram dos novos cadernos eleitorais contam-se as seguintes individualidades: Eduardo Ferreira Santos Silva, médico; Virgílio Marques Guedes, médico; Manuel Castro Monteiro, médico; Lucinda Correia de Oliveira Castro Monteiro, médica; Ema Carre-lhas Oanossa Moreira, professora; Fernando Jorge Canelhas Sales Esteves, curso de Belas Artes; Joaquim Grave, médico; Fernando de Castro Alves, médico; Julio Grévy Semedo, veterinário; Manuel José da Costa Pereira, engenheiro; Joaquim Pinto Nunes, médico; e Alfredo da Costa Pereira, engenheiro. O conhecido democrata dr. Armando Cotta apresentou já 33 recursos contra essas misteriosas eliminações de eleitores. Foi negado provimento a todos eles ...

* O Governo iniciou uma orgia de gastos com a propaganda dos candidatos da União Nacional. Até computadores eletrónicos são utilizados em "sondagens" à opinião pública.

* A Agência Reuters distribuiu em todo o mundo uma longa crónica do seu reporter Alec Joannides sobre o período pré-eleitoral em Portugal. O jornalista salienta que, embora 3.500.000 portugueses tenham condições — de acordo com a lei vigente — para figurar nos cadernos eleitorais, apenas estão registrados neles 1.816.148. E a democracia caetanista.

* Em dezenas de localidades do distrito de Aveiro constituíram-se comissões de apoio às candidaturas democráticas.

* A C.D.E. do Porto está publicando já um boletim intitulado "Informação" onde são relatadas todas as actividades da Comissão.

* Nos últimos dias de setembro, surgiu magicamente na campanha "eleitoral" um grupo intitulado "Velha Guarda Republicana", que se designa como "terceira força", faz a defesa do colonialismo e critica os pendores progressistas da Oposição. Consta que esse grupo é financiado pelo Governo. O povo não levou a sério a coisa.

Comissão da ONU Analisa a Guerra na Guiné

Publicamos abaixo novos extratos de documentos elaborados pela Comissão Especial das Nações Unidas encarregada de estudar a situação referente a aplicação da Declaração sobre a outorga de independência aos países e povos coloniais.

Durante o ano de 1968 aconteceram inúmeras vezes ataques dos patrióticos nacionalistas contra casernas portuguesas ou a presença de elementos armados que se deslocavam de barco, avião ou helicóptero, nomeadamente na região do Oió, bem como atividades constantes de guerrilhas perto das cidades de Mansoa, Farim, Bissora, Bigene, São Domingos e Teixeira Pinto. Os comunicados oficiais admitem igualmente que se verificaram ataques de guerrilheiro no concelho de Bissau mas não na capital, enquanto o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) afirma ter atacado o aeroporto da cidade em fevereiro de 1968".

"A revista oficial Ultramar (n. 32, Lisboa, 1968) publica uma descrição pormenorizada das atividades militares verificadas na Guiné chamada portuguesa. Segundo essa Revista, a região "mais atingida pelas atividades do PAIGC" até ao fim de 1867 foi a região do Centro-Norte, chamada Oió e quase toda a metade ocidental do território situado a sul do Geba, que compreende os conselhos de Fulacunda, Catió e uma parte do Bafatá". Segundo Ultramar, a população rural controlada pelo PAIGC vive em pequenos grupos, cultiva as terras e paga impostos à organização nacionalista, enquanto os portugueses se acham acantonados em cidades e aldeias de guarnição, a maior parte das quais só podem ser abastecidas por meio de aviões ligeiros e helicópteros. Algumas pequenas guarnições portuguesas acham-se completamente isoladas durante a estação das chuvas. A partir dos seus postos militares, as tropas portuguesas lançam, por avião ou de barco, ataques contra as regiões controladas pelos nacionalistas. Como, devido à irregularidade do terreno e às atividades de guerrilha, é difícil penetrar na região, os portugueses bombardeiam de avião as zonas onde julgam que se encontram os nacionalistas."

"Durante a estação das chuvas de 1968 (de maio a novembro) o PAIGC, segundo os seus próprios comunicados, procedeu essencialmente a ataques sistemáticos contra os campos militares portugueses em todo o território. Além disso o PAIGC declara que, no Norte, afundou um navio português no porto de Tancurual; e outro no porto de Concoli; no Leste, armou uma emboscada a um comboio militar português, na estrada que vai de Nova Lamego a Pitche, perto da aldeia de Dará, e durante este ataque destruiu um carro blindado e um caminhão dos portugueses e aprisionou um soldado português. Em fevereiro de 1969, resumindo as atividades militares do PAIGC durante o ano passado, Amílcar Cabral declarou que as forças do PAIGC tinham morto 1.700 soldados portugueses, destruído ou da-

nificado 200 veículos, 60 embarcações e 10 aviões ou helicópteros e feito 24 prisioneiros de guerra. O PAIGC libertou seis desses prisioneiros, que entregou à Cruz Vermelha Internacional por intermédio da Cruz Vermelha do Senegal, em Dakar. Três outros prisioneiros foram libertados em março e três em dezembro de 1968. Nestas ocasiões Amílcar Cabral declarou que estes atos humanitários se destinavam a provar que o PAIGC estava disposto a negociar uma solução pacífica com Portugal. Por ocasião de uma conferência de Imprensa realizada em Estocolmo em novembro de 1968, Cabral afirmou que estava convencido que a realização de negociações com o novo governo português permitiria atingir os objetivos do PAIGC".

Alguns artigos publicados durante o ano na Imprensa internacional continham o testemunho direto de certos elementos que se colocaram sob a proteção do PAIGC nas zonas libertadas do território. Segundo um desses artigos, as únicas zonas ainda controladas pelo governo em abril de 1968 eram Bissau, a capital, a ilha Bolama, as pequenas ilhas Bijagós e uma zona situada no centro do território. No resto do país, as tropas portuguesas detinham apenas, segundo os autores desses artigos, um certo número de "aldeias protegidas" isoladas (por vezes chamadas "aldeias estratégicas") que eram forçadas a depender de helicópteros e de aviões ligeiros para receber reforços, munições e viveres."

"Noutro artigo, que atribua o fato do General Schultz ter sido mandado de volta para Lisboa ao fracasso da tática das "aldeias estratégicas", declarava-se que, em consequência da sua nomeação em julho, o general de Brigada Spínola tinha decidido mandar evacuar os campos militares particularmente isolados. Este mesmo artigo citava o PAIGC, segundo o qual o primeiro destes campos a ser evacuado foi Boli, cabeça de distrito da região de Boé. Em agosto, mais sete campos foram evacuados (Contabane e Gá-Genia, no dia 1 de julho, Culbia (provavelmente Colibuia) e Cumbijá, a 10 de julho, Catchil, a 16 de julho, e Cacao (provavelmente Cacoca) e Sangonhá, a 4 de agosto. Os comunicados militares portugueses mencionam alguns destes campos entre as zonas onde a intensidade das atividades de guerrilha os obrigou a mandar evacuar aldeias inteiras. Em 1968, por exemplo, essas transferências afetaram africanos que já tinham sido reagrupados em consequência de uma primeira transferência para Contabane, Colibuia, Cumbijá, Sangonhá e Cacoca. Em julho de 1968 a administração da circunscrição de Fulacunda foi transferida para Tete, que se acha situada mais a oeste, junto da costa."

"Em outubro, a situação na Guiné chamada portuguesa, que alguns círculos portugueses teriam defendido a idéia de deixar o território, a fim de reduzir as dificuldades financeiras e militares. O chefe do Estado Maior do Exército General Câmara Pina, teria qualificado a situação no território de "muito delicada" e teria comparado o grau de infiltração ao dos "micróbios no sangue". Em consequência do relatório que o governador Spínola apresentou ao Conselho Militar Supremo de Portugal, sobre a situação militar no território, mais sete divisões foram enviadas para a Guiné chamada portuguesa em dezembro de 1968, o que elevava a 37.000 homens aproximadamente o total dos efetivos (segundo outras fontes estes efetivos seriam de cerca de 27.000 homens)".

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 41

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderenstraat — Valaanderenstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat — 13 Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 357 1/2 College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário A. dos Santos 7405 d'Outremont Ave. — Apt. 3 Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovní Urad/Jindrišská UL. C. 14 Schránka 646 — Praha 1 — Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático - 2, Place François Villon — Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933 Caixa Postal, 6248

Composto na Editora ESCRITOS Limitada Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas Sábados: das 15 às 19 horas Número avulso NCr\$ 0,30 Assinatura anual NCr\$ 5,00

Ano XIV — N. 144 — Outubro de 1969

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Ultima Hora

Governo proíbe comícios nas ruas e praças públicas

Os Candidatos da Oposição

AVEIRO

Alcides Strecht Monteiro, advogado
Almor Viegas, economista
Alvaro de Seíça Neves, advogado
Carlos Cardal, advogado
Francisco Lima, advogado
José Rodrigues, advogado

BRAGA

Lista da Comissão Democrática Eleitoral (C. D. E.):
Margarida Braga Malvar, estudante de Direito
Lino Lima, advogado
Joaquim Santos Simões, professor liceal
Antonio Marinho Dias, advogado
Victor de Sá, licenciado em letras
Humberto Soeiro, licenciado em Letras e em Direito

COIMBRA

Henrique de Barros, professor universitário
Orlando de Carvalho, professor universitário
Antonio Duarte Arnaut, advogado
Rui Climaco, médico
Antonio Ribeiro Campos, regente agricola
Mário Augusto Torres, estudante

LEIRIA

Vasco da Gama Fernandes, advogado
José Henriques Vareda, advogado
João Pais de Almeida e Silva, médico
Sergio Ribeiro, economista
Jorge Silvestre, engenheiro silvicultor
Alberto Bernardes Costa, estudante de Direito

LISBOA

Lista da Comissão Democrática Eleitoral (C. D. E.):
Francisco Pereira de Moura, professor universitário
Jorge Sampaio, advogado
José Tengarrinha, historiador
João Bénard da Costa, licenciado em história
Joaquim Mestre, advogado
Mário Sottomayor Cardia, licenciado em filosofia
Victor Wengorovius, advogado
José Gaspar Teixeira, matemático
José Gouveia, gerente industrial
Firmino Martins, ferroviário
Glória Marreiros, auxiliar de enfermagem
Rosalina Pinho, educadora infantil
Lista da C. E. U. D.:
Mário Soares, advogado
Francisco Salgado Zenha, advogado
Jaime Gama, estudante
Mário Bruxelas, arquitecto
Raul Rêgo, jornalista
Francisco de Souza Tavares, advogado

Gonçalo Ribeiro Teles, agronomo
Ruy Bello, escritor
José Carlos Megre, professor liceal
Mário Pina Correia, bancário
Etelvina Lopes de Almeida, jornalista
Duarte Vidal, advogado

SANTAREM

Francisco Lino Neto, engenheiro
Antunes da Silva, advogado
José Fidalgo Marques Pereira, médico
Blasco Hugo Fernandes, agronomo
Maria Barroso, licenciada em Letras
Antonio Reis, estudante

PORTO

Lista da C. D. E.:
Alberto Teixeira de Souza, professor
Armando Bacelar, advogado
Armando de Castro, economista
Francisco Hortas, técnico de contas
João Arnaldo Maia, jornalista
Joaquim Felgueiras, controlador fabril
José Cardoso, empregado de escritório
Papiniano Carlos, escritor
Virgínia Moura, engenheira
Zeferino Coelho, estudante
Lista da C. E. U. D.:
Abílio Augusto Lopes Cavaleiro, engenheiro
Alberto Manuel Pereira Franca, economista
Antonio José da Silva Júnior, médico
Artur Morgado dos Santos Silva, advogado
João Maria de Matos Araujo Correia, advogado
José Luis Nunes, candidato à advocacia
Manuel Coelho dos Santos, advogado
Mário Cal Brandão, advogado
Sofia de Mello Breyner Andersen, escritora

GUARDA

Luis Baeta de Campos, médico
Cesar Augusto Costa Tavares, advogado
João José Gomes, advogado
Manuel Jorge da Fonseca Tavares Lopes, advogado

SETUBAL

Lista da C. D. E.:
Joaquim Palmeiro Gonçalves, assistente social e estudante de Direito
Alvaro Ribeiro Monteiro, estudante
José Antonio Tavares da Cruz, economista
José Malheiro, médico

PONTA DELGADA

Antonio Borges Coutinho, advogado
João Silvestre Pacheco, advogado
Júlio Soromenhr Quintino, engenheiro
Manuel Barbosa, advogado

VIANA DO CASTELO

Jorge Maia Ramos Pereira, contra-almirante
Alberto Marques de Oliveira, advogado
Alvaro Salema, jornalista
Antonio Ribeiro da Silva, advogado

FARO

Manuel Agular Campos Lima, advogado
Francisco Dias da Costa, advogado
Luis Filipe Madeira, advogado
José Paulo Albuquerque Veloso, arquiteto

VILA REAL

Camilo de Barros Souza Botelho advogado
Julio Augusto Montalvão Machado, médico
José Alberto Rodrigues, advogado

VISEU

Otilio de Figueiredo, médico
Alvaro Monteiro, advogado
Augusto César Anjo, médico
Armando Lopes, advogado
Manuel Pereira Cardoso, médico
Mário Gomes da Silva, advogado
Jaime Gralheiro, advogado
CASTELO BRANCO
Antonio Mendes Aleixo, advogado e escritor
Domingos Manuel Megre, advogado
José de Bastos Rabaça, industrial
Manuel João Vieira, advogado

EVORA

Armando Antunes da Silva, escritor
Joaquim Lourenço Trindade, diretor de empresa
Manuel Tierno Bagulho, arquiteto
Mário Ventura Henriques, jornalista e escritor

FUNCHAL

Antonio Isidro Fernandes, licenciado em Letras
Fernando Pereira, advogado
José Manuel Barroso, estudante

PORTALEGRE

Antonio Mendes Aleixo, engenheiro
Fernando de Mascarenhas, estudante
Joaquim Namorado, escritor
Nuno Teotónio Pereira, arquiteto

BRAGANÇA

Nuno Teixeira Neves, jornalista
Domingos Rodrigues, advogado
Agostinho Rafael, estudante
João Antonio Vicente, regente agricola

BRAGA

Lista da C. E. U. D.
Antonio de Oliveira Braga
Adelino Augusto Miranda de Andrade
Francisco Tinoco de Faria
Manuel Martins da Costa
Joaquim Rezende Borges
Artur da Cunha Coelho

Nas vespas da abertura da campanha "eleitoral", o Governo de Caetano adoptou uma série de medidas que vieram confirmar a sua disposição de transformar as "eleições" para a Assembleia Nacional fascista numa farsa semelhante a outras anteriores. Entre outras providências, Caetano decidiu reduzir os 30 dias de campanha a 26 e proibir todos os atos políticos "ao ar livre", o que traduz o seu receio de ver o povo afluir maciçamente aos comícios democráticos. Para dar aos leitores uma ideia da atmosfera reinante, publicamos abaixo uma cronica do reporter americano William Wright, da United Press, agencia associada da ANI e cujas simpatias pelo regime português são conhecidas. Tudo passa a ser proibido em matéria de critica. É a conclusão a que se chega!

Lisboa, 23 (UPI) — O governo proibiu todos os comícios políticos ao ar livre e fixou outras condições rigorosas sob as quais os candidatos da oposição terão de realizar sua campanha para as eleições de 26 de outubro.

O Ministerio do Interior enumerou tais condições em nota que, segundo porta-voz da oposição socialista moderada, "contradiz" a promessa do primeiro - ministro Marcelo Caetano de realizar eleições honestas a fim de que sejam preenchidas as 130 vagas da assembleia.

A informação oficial diz que todas as reuniões políticas, concentrações e manifestações seriam "proibidas" nas ruas, parques ou outros lugares publicos.

Os atos a realizar sob teto,

alem disso, deverão contar com a aprovação prévia do governo e os assistentes serão dispensados pela policia se tais atos compreenderem "incitação a subversão, ou desacato e injurias à autoridade".

A atitude governamental, visando ostensivamente a opposição, acrescenta que todo o material da campanha eleitoral deve ter aprovação oficial antes de entrar em circulação, tendo o nome da organização responsável e o das pessoas que o imprimam.

Os opositores políticos esclareceram que tal medida intimidaria as firmas impressoras quando se tratar de imprimir material propagandístico da opposição.

Segundo a nota do Ministerio do Interior, "infelizmente, existe uma propaganda intensa claramente destinada a explorar a campanha eleitoral" a fim de desenvolver aquilo que a esquerda chama um forte movimento de massas capaz de enfrentar a repressão fascista.

"O governo adverte os candidatos e os comités da campanha sobre o perigo da infiltração, nesta ultima, de agitadores cujo unico objetivo é prejudicar as eleições e incitar o país à subversão."

A nota assinala que o governo "não vacilará em opor-se aos abusos e em reprimir as tentativas de perturbação da ordem publica, como é do seu dever."

As eleições, cuja campanha oficial começa domingo, serão as primeiras que são realizadas em Portugal desde que Caetano sucedeu ao enfermo ex-primeiro-ministro Antonio de Oliveira Salazar, ha quase um ano.

Natal dos presos politicos

Apesar de ter decorrido mais de um ano da morte politica do ditador Salazar, as prisões continuam atulhadas de patriotas. O "liberal" Caetano — "o raio de luz" como, ingénua ou equivocadamente, lhe chamaram alguns social-democratas portugueses — continua a manter nos cárceres fascistas algumas centenas dos melhores filhos de Portugal.

A maioria dos presos politicos portugueses é constituída por operários e camponeses. Gente simples e pobre a quem a ditadura pretende vergar pela fome e os maus tratos. As suas familias vivem o drama e a luta pela subsistência, agravada pela falta do pai, da mãe, do irmão ou do filho que era o seu arrimo e permanece há longos anos na prisão.

"Portugal Democratico" inicia neste numero a já tradicional Campanha do Natal a favor dos presos politicos, exortando todos os seus leitores e amigos a contribuirem com os seus donativos para minorar um pouco o sofrimento e as dificuldades materiais daqueles que, por muito amarem a liberdade e o povo, se encontram privados da liberdade e do convívio com o povo.

Indicamos abaixo os donativos já recebidos, alguns dos quais foram enviados há meses, após o

encerramento da nossa Campanha do ano passado.

Portugal Democratico	NE\$ 30,00
João Rino	" 50,00
Francisco d'Onofrio	" 50,00
João Costa	" 10,00
V. Ramos	" 20,00
Joaquim Barradas de Carvalho	" 20,00
Maria da Paz	" 10,00
Manuel Moura	" 20,00
A. Santos	" 20,00
José Mario Bodas	" 15,00
Joaquim José	" 20,00
Manuel Soares	" 20,00
Manuel Saraiva	" 20,00
José Severino	" 5,00
Total a transportar	" 310,00

PORTUGAL DEMOCRATICO
Rua Libero Badaró, 488 — 5.ª Sala 50
Endereços de Assinantes